

**DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO
PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA
SOBERANA**



**Ponta de Pedras – Marajó – Pará
Setembro-2014**

Dados Gerais

Projeto

ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE
Ano 2013 – Lote 19

Realização

Instituto Peabiru

Diretor

João Meirelles Filho

Equipe Técnica e de campo

Thiara Fernandes
Rosemiro Rodrigues
Paula Vanessa Silva
Ana Rachel Broni
Ediana Tavares
Elvesson Ferreira
Gilberto Azevedo
Gilberto Oliveira
Elaine Gouvêa
Pedro Santos

Estagiárias

Karlla Tavares
Thaíssa Oliveira

Elaboração do documento

Paula Vanessa Silva

Revisão

Hermógenes Sá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	5
a. Análise FOFA	5
b. Linha do tempo	6
c. Mapa participativo	6
d. Calendário agrícola	6
3. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	6
3.1. SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL	7
➤ Fortalezas	8
➤ Fraquezas	8
➤ Oportunidades	9
➤ Ameaças	9
3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	9
➤ Calendário agrícola	10
➤ Mapa:	12
➤ Linha do tempo	14
3.3. SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS ATUAIS E POTENCIAIS	16
3.4. SITUAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS.....	16
3.5. INFRAESTRUTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	17
4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO.	18
5. CONCLUSÃO	19
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Soberana, localizado no município de Ponta de Pedras – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas. O mesmo tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda etapa é a **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006).

Desta forma, para iniciar esse processo de planejamento e desenvolvimento do PAE Soberana, foi realizado no dia 18 de agosto de 2014, uma reunião para aplicação do DRP, o qual teve como objetivo compreender e perfil das famílias assentadas em questões diretamente relacionadas às atividades produtivas e aos empreendimentos comunitários, por meio de discussões entre os beneficiários da política de reforma agrária. Não obstante, tais discussões foram conduzidas para abordar os seguintes temas propostos:

- Situação atual da organização social;
- Situação das atividades produtivas atuais e potenciais;
- Situação dos empreendimentos comunitários atuais e potenciais;
- Situação da comercialização dos produtos;
- Identificação de ameaças e oportunidades.

Para tanto, foi elaborado um roteiro metodológico (anexo a este documento), em que estão descritas as ferramentas de abordagem participativa, utilizadas na moderação da oficina pelos técnicos do Instituto Peabiru.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Para a realização do diagnóstico a equipe do Instituto Peabiru fez uso da abordagem participativa, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001), e desta forma possibilita que o resultado do diagnóstico se aproximasse o máximo da realidade local¹. Além da reunião coletiva completaram o diagnóstico, entrevistas individuais com informantes-chave e revisão de documentos que auxiliaram na compreensão da dinâmica do assentamento.

As informações foram anotadas com pincéis coloridos, em cartolinas de diferentes cores e/ou tarjetas, algumas vezes pelos facilitadores da oficina e em outras pelos próprios participantes. Os cartazes resultantes da aplicação das ferramentas foram afixados nas paredes do local onde a oficina foi realizada e ficaram expostas durante toda a reunião para auxiliar na condução da mesma, sendo consultadas sempre que necessário, tanto pelos facilitadores da oficina, quanto pelos participantes.

Como procedimento metodológico, a primeira parte da oficina foi direcionada a esclarecer o objetivo da reunião, e explicar aos participantes da mesma, o que é o Diagnóstico Rural Participativo e ressaltar sua finalidade no contexto do projeto, assim como as etapas que serão realizadas após o mesmo. Também foi realizada uma nova apresentação da equipe técnica e dos assentados, com nome e a atividade desenvolvida e/ou profissão.

No encerramento foi realizada uma dinâmica de avaliação, denominada dinâmica do alvo, a qual possibilitou aos presentes na reunião, representarem em três níveis (bom, médio e ruim) o grau de satisfação em relação a atividade realizada, comunicação dos técnicos, alimentação fornecida, espaço para as crianças e tema abordado. Foi construído um alvo e foram dados adesivos onde os mesmos afixaram no campo do alvo que representasse seu grau de a sua satisfação.

As ferramentas utilizadas para facilitar a oficina foram:

a. Análise FOFA

- a.1. Objetivo: identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo, a partir da percepção dos associados, com intuito de conseguir um fortalecimento organizativo;
- a.2. Abordagem: os facilitadores explicam o objetivo da ferramenta, fazendo com que os participantes reflitam sobre as fortalezas, debilidades, fraquezas e ameaças a

¹ O uso deste tipo de abordagem em atividades coletivas é uma exigência do contrato de chamada pública de ATER.

organização a qual pertencem enquanto os moderadores tomam notas nos cartazes, anotando os pontos discutidos.

a.3.Resultado: Quadro final da avaliação contendo as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças para o grupo.

b. Linha do tempo

b.1.Objetivo: descrever os fatos cronologicamente que ajudaram a chegar até o momento no qual estamos;

b.2.Abordagem: Discutir e construir coletivamente, onde cada participante descreve os fatos e identifica o período do tempo em que ocorreu. Indo ao quadro e escrevendo o fato histórico

b.3.Resultado: Um mapa sobre a linha do tempo das principais atividades e anotações de relatos que o grupo achar necessário.

c. Mapa participativo

c.1.Objetivo: identificar áreas de coleta dos recursos naturais utilizada pelas famílias assentadas.

c.2.Abordagem: formar um grupo e explicar o objetivo da ferramenta e os elementos do mapa. Para ajudar a começar a mediação, pode sugerir iniciar com elementos de referência.

c.3.Resultado: um mapa construído pelos moradores com áreas de coleta identificadas.

d. Calendário agrícola

d.1.Objetivo: identificar os períodos de safra e entressafra dos recursos naturais utilizados pelas famílias ao longo do ano.

d.2.Abordagem: será construída uma matriz com todos os meses do ano em um cartaz. Em seguida são identificados os recursos naturais utilizados pelas famílias e de maneira paralela, estes identificam os meses de safra e entressafra.

d.3.Resultado: matriz com os períodos de safra e entressafra da produção local.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir é apresentada a sistematização das informações obtidas por meio da moderação dos técnicos do Instituto Peabiru e das ferramentas de abordagem participativa durante a reunião do DRP no PAE Soberana.

Participaram da atividade, 5 mulheres e 3 homens da PAE Soberana, que somados representam aproximadamente 54% dos assentados.

3.1. SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL

Com propósito de compreender pontos que possam auxiliar no planejamento de ações em prol do desenvolvimento do assentamento, assim como o acesso a políticas públicas para beneficiários da reforma agrária, foi realizada uma análise da organização social existente no PAE Soberana, visto que algumas políticas só podem ser acessadas quando a sociedade local está ligada a uma organização que os represente.

Não obstante, foi ressaltado que no assentamento não existe associação que represente os interesses dos beneficiários e os mesmos têm dificuldade de se organizar, visto que há muitos conflitos entre as famílias que residem no PAE (divergências políticas, conflitos entre famílias etc.), no entanto, parte dos moradores participa da Associação de filhos e amigos do Rio Ipaucú (ASFARI), uma associação que está com o CNPJ regular, porém a sede e a diretoria estão fora da comunidade. Entretanto, as famílias são associadas a Colônia de Pescadores Z40 e/ou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Ponta de Pedras. Desta forma a análise FOFA foi direcionada a avaliar a relação das famílias com qualquer tipo de organização social existente no PAE.

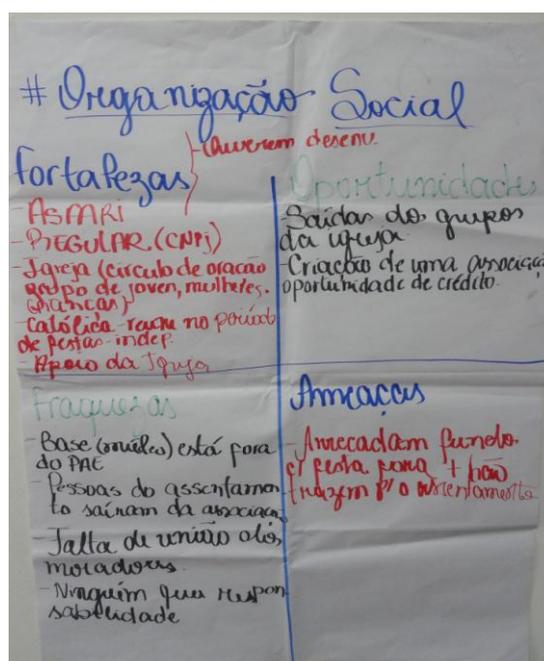


Figura 01: Matriz de análise construída a partir das organizações sociais existentes no assentamento.

➤ Fortalezas

Os assentados destacaram a existência da ASFARI, como uma fortaleza para a comunidade, apesar de esta atuar apenas nos finais de ano com doação de brinquedos para as crianças.

As Igrejas católica e protestante do PAE Soberana foram elencadas como fortaleza pelos moradores, pois estas se configuram em ponto de união entre os mesmos, e suas atividades são oportunidades para as famílias se reunirem e trocarem informações que vão além das temáticas religiosas. Na igreja evangélica existe um círculo de oração de mulheres, jovens e crianças, sendo destacado ainda, que os jovens têm participação ativa nas ações da igreja como, por exemplo, os congressos², e isto é visto com o fator positivo.

Na igreja católica, existem grupos de oração (mulheres) que fazem reuniões em períodos específicos (como a novena no círio) e existe sempre mobilização em períodos de festas religiosas.

Ainda relação às igrejas, outro ponto positivo ressaltado foi que as mesmas conseguem realizar suas atividades religiosas mobilizando apenas recursos das próprias famílias, sem depender do apoio de terceiros, desta forma, pode-se inferir que há um capital social latente na comunidade, principalmente relacionado a instituições religiosas.

➤ Fraquezas

Sobre a inexistência de uma associação local, os moradores afirmam que as famílias da comunidade não são unidas, o que impossibilita a formação de qualquer tipo de organização social. Foi observado ainda que há desinteresse do grupo na formação de uma associação, pois isto implica principalmente em assumir a responsabilidade de representar os interesses dos moradores do PAE.

Em relação a ASFARI, foi destacado que a sede da associação fica fora do assentamento, e apenas um sócio reside na comunidade. Outra situação exposta foi que a diretoria realiza periodicamente eventos para a arrecadação de fundos para a associação, como festas e bingos, que além produzir lixo na comunidade, gera insatisfação entre os moradores, pois o recurso apurado, não é revertido em melhorias para a localidade

² Os congressos nas igrejas são reuniões de louvor e adoração, que envolve dinâmicas e temas direcionados para o público do congresso, como por exemplo, jovens, crianças, adultos, casais, etc.

A falta de acesso a programas do governo, também é vista como uma fraqueza, principalmente os relacionados à política de crédito como FNO, PRONAF, PRONAF A, pois estes, de acordo os assentados, poderiam ser utilizados para melhoria das atividades produtivas. Fato este relacionado à outra debilidade, que é a falta de orientação sobre o acesso a projetos e programas governamentais.

➤ **Oportunidades**

A comunidade enxerga a criação de uma associação como uma oportunidade, no entanto percebe que para tal é necessário resolver questões internas de coletividade. Os incentivos da reforma agrária são motivadores do associativismo, principalmente em questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida, por meio do acesso a direitos básicos como saúde, educação, assistência técnica etc.

Outro ponto destacado e de grande interesse das famílias é o acesso às políticas de crédito, que segundo os assentados seriam investidos na compra de insumos para a melhoria das atividades produtivas.

➤ **Ameaças**

Em relação às ameaças, pode ser destacada o detrimento do acesso à políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos, e ainda outros tipos de políticas direcionadas ao público da Reforma Agrária. Fato que está relacionado à falta de uma organização que represente os interesses dos beneficiários da reforma agrária, o qual pode ser um entrave para o ingresso nas referidas políticas, que são de mais fácil acesso e/ou menos oneroso, se os mesmos estiverem de forma organizada.

3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para ter uma ampla compreensão da situação das atividades produtivas desenvolvidas dentro do PAE, foram utilizadas diferentes ferramentas de abordagem participativa, como o calendário agrícola com intuito de identificar os meses em que ocorre a safra da produção, assim como as atividades que estão relacionadas às mesmas; o mapa participativo com objetivo de identificar as zonas de coleta/pesca; e a linha do tempo para resgatar aspectos

relacionados aos processos produtivos, além de identificar as principais mudanças na paisagem local.

➤ **Calendário agrícola**

Com a construção do calendário agrícola, pode ser observado que no PAE Soberana, as famílias de maneira geral, trabalham com o extrativismo de sete produtos: 1. açaí (*Euterpe oleracea*), 2. peixe (diferentes espécies), 3. camarão (*Macrobrachium amazonicum*), 4. coleta de sementes oleaginosas como andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*) e murumuru (*Astrocaryum Murumuru*), 5. cacau (*Theobroma sp.*), 6. Frutíferas, 7. Mel de abelha com ferrão, no entanto estes últimos de maneira insipiente.

O extrativismo do açaí é a principal fonte de renda da maioria das famílias. De acordo com assentados, a safra acontece entre os meses de julho e dezembro. Sendo que em julho, início da safra, a produção ainda é baixa. De janeiro a junho, é considerado o período da entressafra, sendo que nos meses de abril e junho é observada escassez de açaí no PAE. A entressafra também é a época em que os extrativistas realizam a “limpeza” (manejo) dos açais e realizam a comercialização do palmito.

De acordo com o exposto pelos extrativistas, o preço da “rasa” do açaí sofre variações durante o ano e, em alguns casos, a variação é relacionada ao local onde o mesmo é comercializado. Vale ressaltar que os valores estão relacionados aos atravessadores (marreteiros), compradores diretos do açaí coletado pelas famílias. No início da safra, quando o destino do açaí é o município de Belém, os marreteiros compram a rasa pelo valor médio de R\$ 19,00, já para os municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, este valor médio sobe para R\$ 20,00.

Aproximadamente no mês de outubro, auge da safra, as famílias diminuem a comercialização do açaí, pois o preço, independente de destino final, não ultrapassa R\$ 12,00³. Ademais, devido a grande oferta do fruto, os extrativistas optam por fazer a coleta prioritariamente para o consumo da família. Entretanto, no período da entressafra (janeiro a junho), este valor sobe cerca de 30%, como por exemplo, no ano de 2013 que chegou a R\$ 40,00.

Em relação ao palmito que é obtido a partir do manejo das áreas de coleta, este quando vendido, tem valores de acordo com a classificação: o palmito de primeira ordem é vendido a R\$ 135,00 reais e o de segunda a R\$ 45,00 reais.

³ Valor referente ao ano de 2013.

Ainda sobre a cadeia produtiva do açaí, foi exposto que é comum a ocorrência de famílias que arrendam suas áreas produtivas no período da safra. Nestes casos, o dono da terra estabelece um preço inicial para o arrendamento, que pode ser negociado e diminuído caso o arrendatário avalie que a produção não será suficiente para cobrir o valor cobrado pelo arrendamento e que conseqüentemente, não irá gerar lucros com a comercialização do fruto.

Outra atividade realizada no PAE Soberana é o extrativismo do peixe, o qual garante a segurança alimentar das famílias. As espécies mais consumidas na região são: traíra, aracu, piranha, cachorrinho, pacu, matupiri, mandubé e acarú. O período do defeso é de janeiro a abril. O principal apetrecho utilizado na pesca é a rede. A mesma é realizada na “boca” do Ipauçú e geralmente acontece no período da noite, quando há menor trânsito de embarcações a motor, pois segundo os pescadores, estas rasgam as redes.

Em relação a captura do camarão, foi citado que esta acontece durante o ano inteiro, no entanto em baixa intensidade, praticamente apenas para subsistência das famílias. No período da safra do açaí, esta atividade geralmente é exercida pelas mulheres, pois os homens se dedicam a coleta do açaí. Segundo informado pelos moradores, a safra do camarão acontece entre os meses de abril e maio. O preço do camarão pescado no matapi (principal apetrecho de pesca), na safra, varia entre R\$4,00 e R\$5,00 o quilo e na entressafra de R\$7,00 a R\$8,00. O camarão pescado com tarrafa tem o mesmo preço em qualquer época do ano. Em 2013 foi vendido a R\$20,00 o quilo. Não obstante, este é comercializado principalmente para as famílias do próprio assentamento.

Sobre a coleta de sementes oleaginosas e do cacau, é uma atividade realizada principalmente pelas mulheres. Entre os anos de 2010 e 2013, foi o auge da atividade, pois a Cáritas do Brasil comprava a produção das famílias, no entanto no ano de 2014 esta relação comercial não aconteceu. A coleta era realizada nos quintais das casas e no beira dos rios. Em relação à andiroba, foi citado que a coleta é realizada no período de dezembro a março. A mesma é vendida de duas formas: *in natura* a R\$3,00 o paneiro⁴ ou processada a R\$30,00 o litro do óleo. O cacau, que ainda é coletado nas áreas nativas é consumido geralmente pelas próprias famílias, o qual é processado de maneira artesanal para transformação de chocolate em pó. Quando comercializado, também é vendido em duas formas: *In natura* é vendido a R\$1,00 o paneiro ou seco por R\$4,00 o quilo. Os principais compradores são atravessadores.

Em relação as frutíferas, foi citada a coleta de piquiá, cupuaçu, buriti, manga, goiaba, graviola, limão, banana, tucumã, bacuri, abiu, jaca, inajá, cacau, coco, as quais são vendidas esporadicamente em Ponta de Pedras no período do inverno. No entanto, apenas seis destas

⁴ As famílias não souberam mensurar a volumetria do paneiro de andiroba.

foram destacadas como as de “melhor saída”, que foram: piquiá, cupuaçu, bacuri, manga, coco e limão. Em relação a comercialização, os assentados só conseguiram chegar no consenso do preço do bacuri e da manga, os quais são vendidos a R\$ 50,00 o cento e R\$ 40,00 o milheiro, respectivamente.

As famílias também realizam a coleta da bacaba, cuja safra acontece uma vez a cada ano, no período de janeiro a maio. A comercialização deste produto é feita principalmente dentro do PAE, no entanto, e esporadicamente alguns marreteiros compram para comercializar em Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari. O preço da rasa varia de R\$7,00 e R\$8,00 quando vendido para a comunidade e de R\$6,00 a R\$7,00 para o marreteiro.

Também foi destacado que no PAE, alguns homens fazem coleta do mel de abelha (*apis sp.*). Porém, o mel é coletado das colmeias encontradas nas árvores, as quais se constituíram sem intervenção antrópica e sem qualquer tipo de manejo. Foi relatado casos de colmeias que renderam em média 15 litros de mel. O preço médio deste é de R\$ 15,00 o litro.

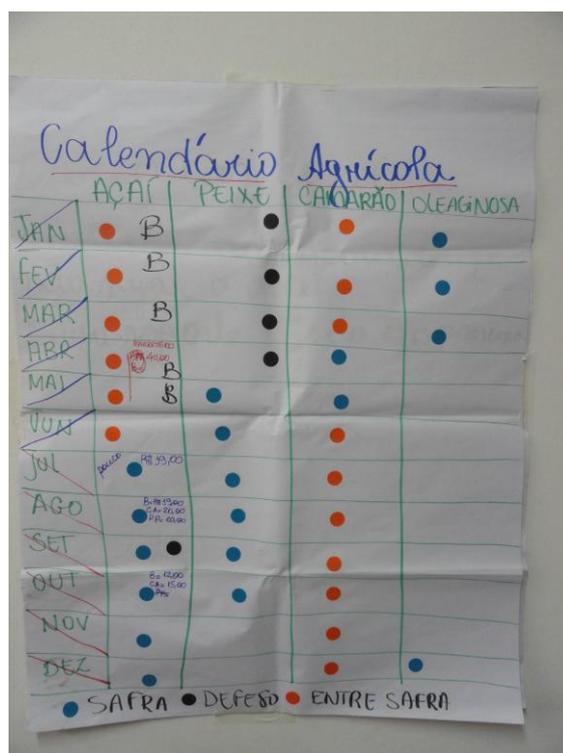


Figura 02: Imagem do calendário agrícola do sistema de produção do PAE Soberana.

➤ **Mapa:**

Nessa ferramenta, foram identificadas com auxílio de uma imagem de satélite, as principais áreas onde as famílias realizam as atividades de extrativismo.

A coleta do açaí é realizada geralmente nos quintais das casas no próprio PAE, e alguns casos “na mata”, área central da ilha, conforme a figura a seguir (figura 3), mesmo caso das espécies frutíferas e do cacau.



Figura 03: Figura do mapa das áreas de coleta dos produtos do extrativismo.

A pesca do camarão com tarrafa ou matapí é realizada no local denominado pelos moradores como Boca de Ipauçú, que se refere ao início do Rio Ipauçú, não obstante o camarão de matapí também é realizado na frente das casas, onde são colocadas as armadilhas que são penduradas em estacas.



Figura 04: Camarão (*Macrobrachium amazonicum*) pescado com matapi.

Em relação às oleaginosas, a andiroba é coletada no rio ou próximo das casas, visto que as famílias “catam” as sementes que são trazidas pela maré no período do inverno, época em que as árvores frutificam. Já o murumuru é coletado nas áreas de mata atrás das casas, assim como o mel de abelha. Foi destacado que o mel é coletado pelos homens, os quais vão para a área de mata, onde há maior diversidade de espécies, em busca de árvores que tenham comeias que se constituíram sem a manejo.

➤ **Linha do tempo**

Para nos auxiliar na compreensão das transformações ocorridas no assentamento, principalmente as relacionadas à paisagem, foi construída uma linha do tempo com os assentados, a partir de seus relatos. Não obstante outros aspectos também foram observados e incluídos como resultado da ferramenta. Vale destacar que haviam muitos assentados jovens na reunião, e as pessoas mais velhas que estavam presentes tinham dificuldade de descrever fatos passados sobre a comunidade, pois residem no lugar a menos de 30 anos.

Foi destacado que na década de 1980, o pescado era abundante no rio Ipauçú, onde as famílias realizam a pesca. A partir de 1990, foi ressaltado que houve mudança na paisagem, com a retirada do aningal da beira dos rios para a construção das casas, sendo observado pelos presentes que a quantidade de peixe reduziu. Também, foi citado que na época era comum o uso da malhadeira, principal apetrecho de pesca utilizada pelos ribeirinhos na Amazônia (FERNANDES, et al 2009)

Ainda sobre no início década de 1990, foi citado que o extrativismo do açaí era realizado somente para consumo das famílias, pois segundo os presentes, nesta época, esse recurso natural “*não tinha valor no mercado*”. Quando a venda era realizada, esta baseava-se em uma

relação de confiança, em que o extrativista entregava a produção à uma pessoa que vendia no mercado em Belém e somente no retorno à comunidade fazia o pagamento às famílias. A partir de 1996, o açaí começou a ter saída para o mercado, pois, de acordo com os extrativistas houve um aumento no preço do fruto, época em que as famílias começaram a fazer limpeza nas áreas para aumentar a produção.

Foi destacado que a partir de 2007, com as primeiras reuniões do INCRA para criação do PAE Soberana, aumentou a migração de pessoas (filhos e parentes de moradores) de outras comunidades para a ilha, com intuito de adquirir terra e serem incluídos na política de reforma agrária. Os beneficiários presentes na reunião associaram este fato à diminuição dos recursos naturais, principalmente o pescado, pelo aumento considerável do consumo do recurso.

Em 2009, iniciou-se a como meio de escoamento da produção a parceria com freteiros, os quais desempenham o papel apenas de transportar a produção ao comprador final, visto que a negociação é realizada previamente pelo extrativista. Foi destacado ainda que a partir deste ano as famílias passaram a ter acesso a programas como Bolsa Família, Seguro defeso e atualmente ao Bolsa Verde.

Entre os anos de 2010 e 2013, as famílias, principalmente as mulheres, realizavam a coleta de cacau, andiroba e murumuru, realizada geralmente nos quintais e nos rios. Em 2014, a coleta não foi realizada por falta de compradores, nos anos anteriores uma organização chamada Cáritas do Brasil⁵, comprava a produção dos extrativistas.

Em relação a 2013, foi destacado pelos assentados que ocorreu a primeira reunião com a Equipe do Instituto Peabiru, para assistência técnica e extensão rural e as pesquisas na unidades de produção familiar.

No ano de 2014, foi destacado o recebimento de cestas básicas no período do inverno, a qual faz parte do Programa Brasil sem Miséria. Em relação a segurança alimentar, foi destacado que a pesca do peixe e do camarão, atualmente é realizada praticamente para subsistência, em poucos casos há comercialização. Além disto, foi destacada a realização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

⁵ Mais informações sobre a organização no site <http://caritas.org.br/>



Figura 05: Construção da linha do tempo.

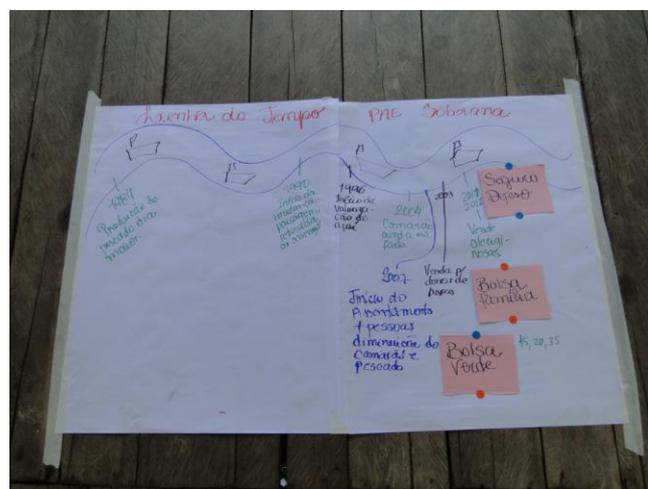


Figura 06: Linha do tempo construída a partir dos relatos dos assentados.

3.3. SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS ATUAIS E POTENCIAIS

Em relação aos empreendimentos comunitários, pode ser destacado como potencial, o extrativismo de sementes oleaginosas para o processamento de óleo e espécies frutíferas que são cultivadas nos quintais das casas, tanto para comercialização *in natura* ou em forma de polpa. Vale destacar que estas atividades estão mais relacionadas às mulheres.

Outro empreendimento potencial é a produção de mel de abelha, que é realizada de maneira insipiente e sem orientação técnica. O mel é coletado de colmeias que se constituíram naturalmente nas árvores na área de mata.

3.4. SITUAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Em relação a comercialização da produção, foi identificada a existência de dois atores nesta cadeia, o atravessador (ou marreteiro) e o freteiro. O primeiro compra a produção na

casa das famílias e define o preço da mesma, sendo que este sofre variação na safra e entressafra – menores valores no auge da produção. Já o freteiro, é responsável apenas por fazer o transporte da produção, e o mesmo estipula um valor fixo para transportar os volumes, por exemplo, uma rasa de açaí é transportada para Belém por R\$2,50. Segundo os extrativistas, esse tipo de transação só ocorre quando existe um destino certo para a produção, visto que o freteiro é apenas uma forma de escoar a produção.

Foi destacado durante a reunião, que principal dificuldade encontrada pelos extrativistas em relação a comercialização é o escoamento da produção, pois a maioria das famílias dependem dos atravessadores e freteiros, visto que poucas possuem transporte próprio. Em relação ao destino da produção, além de Belém, a mesma é destinada também aos municípios de Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras.

Um problema destacado durante a reunião é a ocorrência de acidentes durante a prática da coleta, visto que esta é realizada sem nenhum tipo de equipamento de segurança. Foi enfatizado ainda que as árvores de açaí são muito altas, fato que os extrativistas relacionam à tardia realização do manejo do açaí para intensificação da produção no PAE, visto que até 1996 as famílias realizavam a coleta dos frutos basicamente para consumo próprio. Também foi destacado o grande esforço feito pelos extrativistas para transportar as rasas de açaí do local da coleta para o porto das casas. Esse trajeto é feito a pé, em pontes estreitas (em alguns casos de estipes de açaí) e as rasas não carregadas na costa dos extrativistas.

Outra situação já citado anteriormente no calendário agrícola, é o arrendamento das áreas de coleta a qual é uma prática comum as famílias que residem no PAE Soberana.

3.5. INFRAESTRUTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Apesar de não ser o principal objetivo do diagnóstico, vale destacar algumas situações vivenciadas no assentamento. O primeiro está relacionado à água, sendo destacado que as famílias têm dificuldade de acesso à água potável na ilha. A mesma é adquirida na comunidade vizinha. Não obstante, foi ressaltada a construção de um sistema de abastecimento no PAE, porém a água que chegava as casas era barrenta e imprópria para o consumo humano.

“A comunidade não possui água de qualidade”. [Jonathan, morador da comunidade].

Em relação a energia elétrica, há no PAE um gerador comunitário que funciona a óleo diesel e distribui eletricidade às casas. A prefeitura disponibiliza o combustível, entretanto este

só é suficiente para 18 dias do mês, os demais as famílias fazem coleta para comprar o mesmo, gastando em média R\$ 10,00 por mês.

Sobre a saúde, foi citado que no assentamento não existe posto de atendimento e as famílias utilizam este serviço em outra comunidade. A prefeitura disponibiliza apenas agentes comunitários de saúde (ACS). Foi destacado ainda que é comum casos de malária e a diarreia.

Sobre a educação foi exposto que o transporte escolar, que conduz as crianças e jovens para as escolas localizadas em fora do PAE Soberana, não está disponível no momento, pela falta de pagamento da prefeitura. Para que as crianças e jovens não falem aula, os pais estão arcando com a despesa do transporte.

Foi exposto ainda que, a escola que ofertava educação do ensino infantil ao 5º ano do fundamental e funcionava há 30 anos na comunidade, foi interditada por falta de manutenção. A prefeitura alugou um local para a escola funcionar, porém este não tem boa estrutura. As famílias não sabem quando a mesma será reformada. Durante a reunião, algumas pessoas destacaram que gostariam de voltar a estudar, no entanto, não é ofertado o módulo de Educação para Jovens e Adultos.

4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO.

Conforme pode ser observado na figura a seguir, 100% dos presentes consideraram a reunião como *boa*. A partir desta observação a equipe do Instituto Peabiru questionou os presentes sobre os pontos poderiam ser melhorados, no intuito de saber alcançar uma avaliação *ótima* nas próximas atividades coletivas. Foi sugerido que a instituição utilizasse a rádio comunitária, como meio de comunicação para avisar sobre as próximas atividades do projeto ATER. Outro ponto destacado foi que as famílias ainda estão na expectativa das próximas ações, por isso ainda não consideraram a atividade como *ótima*.

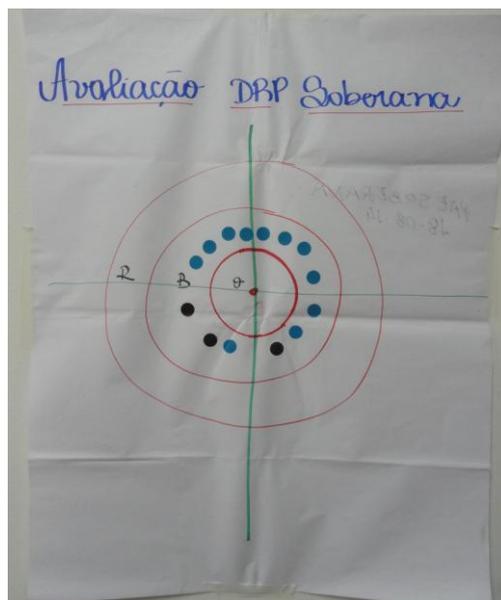


Figura 07: Cartaz final da avaliação da oficina de DRP.

5. CONCLUSÃO

Com a realização da reunião e a aplicação das ferramentas metodológicas, pôde ser observado que no PAE Soberana, as famílias tem muitas divergências, como disputas políticas, disputas entre grupos de poder, e atritos familiares, principalmente por questões relacionadas à terra. Estes fatores influenciam diretamente nos diferentes aspectos abordados durante a reunião e até mesmo na condução da oficina, visto que a participação nas atividades é muito baixo.

Em relação à organização social, pôde ser observado que as igrejas são a principal forma de organização, além da colônia de pescadores e do sindicato, que possibilita a reunião das famílias para alguma atividade dentro do assentamento. Foi constatado ainda que, apesar dos presentes na reunião terem ciência da importância da existência de algum tipo de organização social que os represente, os mesmos não têm interesse em assumir algum tipo de responsabilidade com tal organização.

No que diz respeito às atividades produtivas, observou-se que o extrativismo do açaí é a principal fonte de renda das famílias, no entanto há necessidade de capacitação técnica para potencializar a produção, principalmente na entressafra, pois é neste período que o recurso alcança os maiores valores no mercado. Também foi destacada a coleta de diferentes espécies de frutíferas pelas famílias, algumas são comercializadas, no entanto, a maioria são utilizadas apenas da segurança alimentar das mesmas.

Em relação aos empreendimentos comunitários, podem ser destacadas a coleta de sementes oleaginosas, a comercialização de frutíferas e o cultivo de abelhas, os quais podem ser intensificados e/ou melhorados por meio de cursos de capacitação tanto para manejo quanto para a comercialização. Como destacado nos itens acima, as mulheres estão mais envolvidas com a coleta de sementes e de espécies frutíferas, já os homens com coleta do mel de abelha.

Em se tratando da comercialização dos produtos, foi destacado que o principal entrave é o escoamento da produção, a qual é feita por de freteiros e/ou é realizada a venda aos atravessadores que compram a produção do extrativista. Outra situação colocada foi o esforço ergonômico para retirada da produção das áreas de coleta, visto que boa parte das famílias faz o extrativismo na área mais central da ilha, que ficam distantes dos portos das casas, situação que pode ser amenizada com o manejo dos açais mais próximos as residências.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Valdelira Lia Araújo FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.